

Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar*

*Marcelo Antonio Conterato***

Mestre e Doutor em Desenvolvimento Rural pelo PGDR-UFRGS, Professor Adjunto no Departamento de Ciências

*Sergio Schneider****

Sociais Agrárias da UFPEL Sociólogo, Mestre e Doutor em Sociologia, Professor dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e de Sociologia da UFRGS

*Paulo Dabdab Waquil*****

Agrônomo, Mestre em Economia Rural e Doutor em Economia Agrícola, Professor nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e de Economia da UFRGS

Resumo

Este trabalho procura avançar nas pesquisas sobre a diversidade da agricultura de três regiões da geografia econômica do Estado do Rio Grande do Sul, amparado no conceito de estilos de agricultura e em uma metodologia comparativa. O mérito dessa perspectiva é possibilitar tanto uma análise da diversificação (de práticas e estratégias) como da diversidade (enquanto fenômeno empírico) do universo agrícola familiar. A proposta metodológica revelou-se de fundamental importância para reforçar a perspectiva analítica dos “estilos de agricultura”, contribuindo na construção de novos critérios de análise das categorias sociais existentes no meio rural e nas suas estratégias de reprodução social, servindo como alento às atuais políticas públicas para a percepção e análise das realidades agrárias.

* Artigo recebido em jan. 2009 e aceito para publicação em nov. 2009.

** E-mail: marcelocont@yahoo.com.br

*** E-mail: schneide@ufrgs.br

**** E-mail: waquil@ufrgs.br

Palavras-chave

Estilos de agricultura; tipologia; análise fatorial.

Abstract

In this paper we intend to analyze the diversity of small farm agriculture of three regions of the economic geography of the state of Rio Grande do Sul through the theoretical-methodological perspective of agricultural styles. The perspective allows an analysis of the diversification (of practices and strategies) as well as the diversity (as an empiric phenomenon) of the household agricultural practices. The methodological proposition showed to be essentially important to reinforce the analytical perspective of "agricultural styles", contributing in the creation of new criteria to analyze the social categories which exist in the rural area and its strategies of social reproduction, serving as a support to the current public policies towards the perception and analysis of agrarian realities.

Key words

Agricultural styles; typology; factorial analysis.

Classificação JEL: Q12.

1 Introdução

Abordar a diversidade e a heterogeneidade da agricultura requer sempre esforço analítico de "tradução" das realidades empíricas. Esse esforço é tão mais complexo quanto mais diversas forem as formas de manifestação do objeto investigado. No Brasil, a diversidade de formas familiares de agricultura permite distintas possibilidades de abordar o fenômeno, mostrando a riqueza do tecido social de inúmeras regiões rurais e a construção de distintas categorias analíticas. No escopo deste debate, é possível lançar distintos olhares sobre o mesmo objeto ou tema de pesquisa, possibilitando estabelecer uma análise multidisciplinar sobre o meio rural e as formas de agricultura existentes e suas relações com o desenvolvimento rural.

O objetivo deste artigo é apresentar uma proposta de elaboração de tipologia da agricultura familiar a partir do conceito de estilos de agricultura em diferentes regiões do Rio Grande do Sul. Para dar conta do objetivo, utilizou-se a técnica de análise multivariada, através da análise fatorial e de análise de *cluster*, permitindo, dessa forma, identificar os estilos de agricultura familiar existentes nos universos empíricos investigados.

O conceito de **estilos de agricultura** proposto e operacionalizado a partir de Ploeg (1993; 1994) apresenta-se como uma proposta para definir operacionalmente a natureza da diversidade da agricultura familiar. Por outro lado, constitui também um elemento teórico central para analisar o grau de mercantilização das explorações familiares e o desenho de métodos de desenvolvimento em níveis local e regional. Nesse sentido, o conceito de estilos de agricultura adotado neste trabalho alinha-se ao proposto por Jan Douwe van der Ploeg, em que a forma como se estrutura a agricultura resulta das diferentes maneiras através das quais os agricultores organizam os recursos sociais e materiais existentes em nível local (unidade de produção e consumo), sem perder de vista as relações com os agentes externos (instituições financeiras, cooperativas, associações, etc.). Em termos analítico-conceituais isso significa reconhecer e traduzir a agricultura como uma atividade organizada social, econômica, produtiva e ambiental sob a égide da diversidade territorial e seus múltiplos mecanismos de perpetuação, particularmente em termos do grau de autonomia e em relação à base de recursos disponíveis.

É comum encontrar estudos que demonstram o quanto a agricultura familiar é disseminada no meio rural. No entanto, ainda são escassos os estudos e as pesquisas sobre a diversidade de estratégias produtivas e reprodutivas da agricultura familiar e seus estilos enquanto manifestação das distintas trajetórias históricas das mais diferentes regiões do País. Invariavelmente, os estudos acabam reproduzindo os mesmos dados e informações: o tamanho da produção agrícola familiar. Neste trabalho, pretende-se avançar nessa compreensão, indicando que a agricultura familiar também abrange a produção agrícola familiar, mas não se restringe a ela, da mesma forma que o desenvolvimento rural compreende formas de agricultura exclusivamente agrícolas, mas não se restringindo a elas.

Pretende-se avançar no debate acerca do reconhecimento da agricultura familiar enquanto uma estratégia de desenvolvimento rural, vinculando as atividades agrícolas e não agrícolas às dinâmicas locais e territoriais de desenvolvimento e à sua capacidade de gerar e potencializar endogenamente a base de recursos através da qual a agricultura se reproduz. Isso implica o reconhecimento de formatos agrícolas mais autônomos ou mais dependentes

no que tange à capacidade de **coprodução**¹ e manejo dos recursos disponíveis, aspectos fundamentais na determinação do grau de autonomia das unidades produtivas.

O artigo está estruturado em seis seções, incluídas a Introdução e as Considerações Finais. A segunda seção é dedicada à exposição dos aspectos conceituais que orientam o trabalho, particularmente nos limites dos estudos até então produzidos, em demonstrar a diversidade da agricultura familiar e na proposição dos estilos de agricultura como ferramenta teórico-metodológica. Na terceira seção expõem-se os universos empíricos pesquisados, os dados e a metodologia utilizada no seu tratamento. Na quarta seção, são apresentados os primeiros resultados estatísticos, particularmente em relação à distribuição geográfica e à representatividade dos grupos homogêneos. Na quinta seção, fazem-se a apresentação, a caracterização e a análise da diversidade na perspectiva dos estilos de agricultura familiar encontrados.

2 Sobre a diversidade e o conceito de estilos da agricultura familiar

Juntamente com a emergência e o fortalecimento do debate sobre a agricultura familiar no Brasil e o esforço em demonstrar o seu tamanho em termos de área, uso da terra, tecnologias e pessoal ocupado, pouca atenção foi dada ao estudo de sua diversidade para além do enfoque econômico e produtivo. Como exemplos dessa forma de analisar a agricultura familiar pode-se citar **25 Anos de Economia Gaúcha: Agricultura do Rio Grande do Sul** (FEE, 1982), produzido pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), que interpreta, através do processo de acumulação de capital, as diferentes formas de atuação da agricultura gaúcha e suas “funções” nos processos de desenvolvimento gaúcho e brasileiro. Mais recentemente, a publicação do estudo intitulado **Novo Retrato da Agricultura Familiar — o Brasil Redescoberto** (Guanziroli, 2000), produzido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em parceria com o Food Agriculture Organization (FAO), possibilitou importantes avanços no reconhecimento da importância da distribuição territorial do universo da agricultura familiar no Brasil (perfil, caracterização e tipologia). Não obstante, a diversidade

¹ Ploeg (2006), investigando o modo de produção camponês afirma que coprodução “[...] é o incessante encontro e interação mútua entre homem e natureza viva e, de forma geral, entre o social e o material. Na coprodução e através dela, o social e o material são mutuamente transformados. Eles são moldados e remodelados de forma a se tornarem recursos úteis, adequados e promissores (Ploeg, 2006, p. 22).

da agricultura familiar foi identificada em uma perspectiva normativa (familiar, e todos os subtipos, *versus* patronal), com avanços menores no reconhecimento da sua diversidade interna, numa perspectiva mais analítica. No entanto, é longa a trajetória de estudos produzidos no Brasil até a conformação assumida pelo projeto de cooperação técnica INCRA/FAO.

O próprio trabalho de Lamarche (1993), que demarcou campo importante no aprofundamento sobre o caráter familiar dos estabelecimentos agrícolas e as formas de funcionamento dessas unidades, não obstante a sua contribuição, apoiou-se em tipologia construída exclusivamente com variáveis que medem a eficiência técnico-produtiva das unidades familiares. O caráter “estático” desses estudos impõe severos limites ao entendimento da agricultura familiar e à construção de estilos como ferramenta de representação da sua diversidade. Em sua maioria, os estudos até então produzidos acabam por reificar os limites da representação da diversidade através de tipologias de caráter eminentemente técnico-produtivas, reduzindo a diversidade da agricultura familiar a aspectos relacionados à eficiência dos recursos disponíveis.

Ao utilizarem como critério a força de trabalho contratada nos estabelecimentos para definir as categorias sociais existentes na estrutura fundiária brasileira, Bergamasco e Kageyama (1990) avançaram, através da separação entre estabelecimentos empresariais e familiares, na renovação analítica em relação ao debate até então preponderante, que insistia na polarização dos estabelecimentos rurais entre pequenos e grandes ou entre minifúndios e latifúndios. Nesse sentido, a própria consolidação da noção de agricultura familiar e o reconhecimento de sua diversidade empírica são processos que apenas recentemente ganham contornos analíticos. De acordo com Guilhoto *et al.* (2005), o segmento familiar da agropecuária brasileira e as cadeias produtivas a ela interligadas respondiam, em 2003, por 10,1% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e, em média, 23,5% para o Rio Grande do Sul, no período de 1995 a 2003, duas vezes e meia superior à média nacional, que foi de 9,3%.

Outros trabalhos (Schneider; Waquil, 2001; Kageyama, 2006) aportam contribuições importantes sobre o papel da agricultura para o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul. São estudos que, de modo geral, tratam da agricultura do Rio Grande do Sul com alguma distinção entre as regiões, mas não se referem, exclusivamente, ao segmento familiar. A hipótese assumida neste trabalho, que também é a hipótese de um conjunto de estudos, alguns deles citados ao longo do texto, é a de que, em função da diversidade social, econômica, técnico-produtiva e cultural da agricultura familiar inserida em contextos regionais distintos, a mesma responde de maneira diferenciada aos desafios a que é submetida. Isso implica assumir o pressuposto de que a reprodução das formas familiares de agricultura é o resultado de um conjunto de

ações e estratégias diferenciadas no espaço e no tempo. Objetivamente, considera-se que, nas regiões que compõem este estudo, há especificidades no que diz respeito às trajetórias de desenvolvimento rural e às dinâmicas da agricultura familiar, as quais possibilitam que sejam consideradas metodológica e analiticamente como **estilos de agricultura**, tal como definido por Ploeg (1993; 1994; 2006) para o caso europeu.

Com o intuito de ir além das tipologias da agricultura familiar baseadas em indicadores como área de terra ou formas de uso do trabalho, assim como superar as restrições normativas, acredita-se ser necessário um esforço analítico que permita descrever a diversidade empírica da agricultura familiar e suas interfaces com o contexto social em que estão inseridas, reconhecendo que essa diversidade se atrela à intensidade e aos formatos dos processos de mercantilização experimentados ao longo do tempo.

Conforme Schneider e Niederle (2008), a inexistência de uma definição rigorosa e consensual sobre o estatuto conceitual da agricultura familiar não impede a generalização em torno da ideia de que o agricultor familiar é todo aquele sujeito que vive no meio rural e trabalha na agricultura juntamente com sua família. Este trabalho também pretende dar uma contribuição empírica ao entendimento analítico de que a agricultura familiar pode ser analisada como uma nova categoria na estratificação social do meio rural, concepção possível devido ao avanço nos debates internacional e brasileiro a respeito dos impactos dos processos de mercantilização da vida social e econômica no meio rural.² Dessa forma, é possível tratar da diversidade da agricultura familiar como uma das principais características da agricultura contemporânea. Isso permite avançar no entendimento de que a sua diversidade produtiva e a sua heterogeneidade³ organizacional possam ser analisadas à luz da perspectiva dos estilos de agricultura.

Afinal, o que é um estilo de agricultura familiar e qual é a relação da sua diversidade com as dinâmicas regionais de desenvolvimento rural? Esse questionamento leva à discussão da diversidade da agricultura familiar (Schneider, 2006) e suas interfaces com os processos históricos locais e regionais de desenvolvimento. A realidade que recobre a agricultura familiar permite estabelecer dois discernimentos básicos. O primeiro é o de que a modernização da agricultura representa apenas parcialmente o processo de mercantilização e seus desdobramentos, constituindo-se como um dos pontos de partida para se lograr êxito na compreensão da diferenciação territorial da agricultura e seus estilos. O segundo é a necessidade de reconhecer que a mercantilização apresenta formatos

² Ver Navarro (2002) e Conterato (2008).

³ Ver Long e Ploeg (1994).

e intensidades distintas, implicando processos parciais de múltiplos efeitos empíricos sobre as formas de agricultura existentes.

Desse modo, os “espaços de manobra” definidos por Ploeg (2003), para caracterizar o grau com que os mercados e o padrão tecnológico entram nos processos produtivos, permitem avançar consideravelmente na identificação da diversidade da agricultura familiar, e o grau de dependência dos mercados e o padrão tecnológico prevalecente impõem uma constante reconstrução do repertório de estratégias. Não obstante, a heterogeneidade e a diversidade de práticas e de processos não resultam, individualmente, em trajetórias antagônicas de viabilidade das unidades familiares. A diversidade da agricultura familiar é tanto o resultado de negociação interna para alocação dos recursos produtivos como da influência dos agentes externos. De um ponto de vista analítico, as diferenças entre os distintos modos ou formas de produção na agropecuária são dadas pela intensidade das trocas mercantis (tipos de relações com os mercados) e no ordenamento dos processos produtivos propriamente ditos (trabalho e outros recursos).

O argumento central de Ploeg é o de que há espaços para diferentes estilos de agricultura, e não somente para a agricultura chamada moderna, e de que o processo de modernização tecnológica estaria desconectando a agricultura, como prática construída socialmente, da natureza e da ecologia, da estrutura e da qualidade do trabalho familiar, da organização social específica do tempo e espaço e da própria família, o principal princípio da organização social. O que estaria em jogo seria então a “arte da agricultura”, suas especificidades e sua diversidade empírica e não uma agricultura padronizada, estandarizada.

Nesse caso, o grau de autonomia inerente à base de recursos é o principal “trunfo” das formas familiares de agricultura. A principal característica da agricultura do tipo empresarial é que a produção é altamente especializada e orientada para o mercado, utilizando-se de capital financeiro e industrial (crédito, insumos industriais e tecnologias) para garantir aumentos crescentes de escala. Por sua vez, a agricultura capitalista tem como principal característica assentar-se sob a égide do modelo agroexportador, com a produção voltada para a maximização do lucro e utilizando-se basicamente de trabalho assalariado. Apesar das diferenças entre os tipos de agricultura serem variadas, por vezes articuladas, são também pouco nítidas. No entanto, conforme alude Ploeg (2008), a questão é que a essência dessa diferença reside não apenas na dimensão e na escala existentes entre os tipos de agricultura, mas, fundamentalmente, nas diferentes formas de estruturar o social e o material, num processo amplo de reconexão da agricultura com a natureza.

O que existe, e isso é válido para este trabalho, são níveis diferenciados de incorporação a (diferentes) mercados, incluindo o mercado de mão de obra, o

mercado de insumos e o mercado de sementes, dentre outros. Essa incorporação aos circuitos mercantis encontra-se associada no geral, mas não só, ao processo de externalização da agricultura, através do qual um conjunto de tarefas, antes desenvolvidas no espaço da unidade produtiva, são externalizadas, ou seja, remetidas a agentes externos. Contudo o mais comum é a coexistência de estilos de agricultura, variando de acordo com a capacidade de mobilizar e de fortalecer os recursos produtivos. É importante resgatar, neste momento, as contribuições de Long e Ploeg (1994), quando estes afirmam que, apesar das inter-relações entre os estilos de agricultura e os conjuntos específicos de relações sociais de produção, é difícil construir tendências causais unilineares, nas quais determinados estilos emergem como “efeitos” diretos de causas particulares.

Dessa forma, é particularmente difícil que o nível de inserção nos mercados, a definição de estratégias e a conformação de estilos de agricultura tenham causalidades lineares. Como exemplo, é possível imaginar que, em determinadas regiões, podem existir condições endógenas (maior grau de instrução, mão de obra disponível) favoráveis ao exercício de atividades não agrícolas e de diversificação produtiva, mas que não se tornam factíveis em função das restrições encontradas em relação ao (baixo) dinamismo das economias locais. Embora seja desejável entre os agricultores, o fortalecimento da autonomia não depende exclusivamente dos mesmos.

Portanto, de um ponto de vista teórico, pretende-se avançar nas potencialidades e perspectivas da abordagem dos estilos de agricultura para dar conta de mais dimensões da diversidade da agricultura familiar. No âmbito prático (empírico), o propósito é descrever a diversidade de tipos encontrados para, no escopo das políticas, ampliar o foco de referências sobre o rural e a agricultura.

3 As regiões e os dados da pesquisa

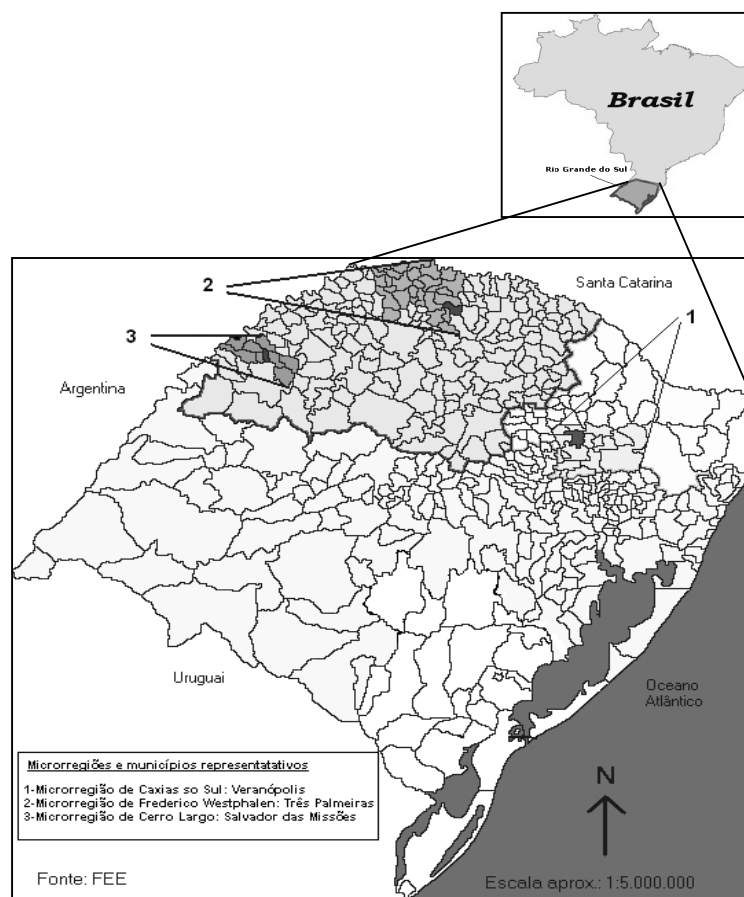
Com o propósito de avançar no estudo da diversidade da agricultura familiar, foi realizada pesquisa comparativa⁴, com base em dados e informações referentes a 59 observações em Veranópolis, município localizado na Serra Gaúcha, 59

⁴ Este trabalho também é fruto do debate no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (GEPAD), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Os universos empíricos onde a pesquisa foi realizada inserem-se no âmbito das discussões travadas no projeto **Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Sul do Brasil: a emergência de uma nova ruralidade** (Anjos; Schneider, 2003), que contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

observações em Três Palmeiras, município localizado na região do Alto Uruguai e 58 observações em Salvador das Missões, município localizado na região das Missões (Figura 1). Para a formação do banco e da base de dados e os procedimentos estatísticos (análise fatorial e análise de *cluster*), utilizou-se o programa estatístico *Statistical Package Social Science* (SPSS) em sua versão 12.

Figura 1

Localização dos universos empíricos da pesquisa



FONTE: FEE.

A base de dados é formada por um conjunto de 176 observações ou casos (as unidades de agricultura familiar) e por 67 variáveis ou indicadores. A Tabela 2 apresenta, uma a uma, as variáveis utilizadas, acompanhadas de estatísticas básicas. Devido ao grande número de variáveis consideradas, e a efeito de utilizar a maior quantidade de informação possível no processo classificatório, realizou-se análise fatorial através da técnica de componentes principais. Foram extraídos 17 fatores, os quais, conjuntamente, explicam 85,1% da variância total entre os 67 indicadores utilizados. A partir desse momento, foi possível tornar adequada e compreensível a classificação. Nesse sentido, convém reforçar que as variáveis sobre as quais recai a análise foram escolhidas pela capacidade empírica de representarem a diversidade da agricultura familiar.

Tabela 1

Média das 19 variáveis segundo os estilos de agricultura familiar

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	MÉDIA DO UNIVERSO	ESTILO 1	ESTILO 2
		Agricultura Familiar Altamente Descapitalizada e Economicamente Vulnerável	Agricultura Familiar Capitalizada, Altamente Especializada e Mercantilizada
Área total do estabelecimento (ha)	22,55	15,01	24,84
Superfície agrícola útil em relação à área total (%)	74,68	71,99	75,15
Pessoas residentes no estabelecimento (nº)	4,35	3,90	4,48
Escolaridade média dos residentes no estabelecimento (anos de estudo)	5,93	5,29	5,94
Mão de obra agrícola familiar (UTH - unidades de trabalho homén)	2,68	2,09	3,13
Mão de obra não agrícola (UTH - unidades de trabalho homén)	0,43	0,68	0,14
Mão de obra contratada (UTH - unidades de trabalho homén)	0,09	0,02	0,07
Capital disponível total (R\$)	28 891,30	12 333,17	37 344,43
Consumo intermediário total (R\$)	8 784,28	6 734,97	11 286,21
Produto bruto do autoconsumo total (R\$)	3 850,69	2 464,27	4 560,29
Produtividade física por hectare explorado (R\$)	882,69	1 205,85	1 013,47
Produtividade do trabalho por pessoa ocupada (R\$)	3 899,46	455,35	5 197,87
Remuneração agrícola da superfície agrícola útil (R\$)	846,18	1 159,44	986,68
Renda agrícola (R\$)	11 658,54	1 605,85	17 339,12
Renda de aposentadorias, pensões e transferências sociais (R\$)	3 334,93	2 769,03	4 539,22
Rendas de atividades não agrícolas (R\$)	3 193,82	5 966,00	1 097,92
Renda total (R\$)	19 018,03	11 201,63	23 982,04
Renda de aposentadorias sobre renda total (%)	22,24	31,29	30,38
Rendas não agrícolas sobre a renda total (%)	14,69	30,18	5,35

(continua)

Tabela 1

Média das 19 variáveis segundo os estilos de agricultura familiar

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	ESTILO 3	ESTILO 4	ESTILO 5
	Agricultura Familiar Voltada Para o Autoconsumo e Dependente das Transferências Sociais	Agricultura Familiar Descapitalizada, Especializada e Dependente da Produção de <i>Commodity</i>	Agricultura Familiar Diversificada na Perspectiva Não Agrícola e Altamente Capitalizada
Área total do estabelecimento (ha)	33,00	19,39	28,05
Superfície agrícola útil em relação à área total (%)	21,97	79,55	64,23
Pessoas residentes no estabelecimento (nº)	4,00	3,95	5,27
Escolaridade média dos residentes no estabelecimento (anos de estudo)	0,00	5,34	7,78
Mão de obra agrícola familiar (UTH - unidades de trabalho homen)	1,92	2,61	2,15
Mão de obra não agrícola (UTH - unidades de trabalho homens)	0,33	0,17	1,60
Mão de obra contratada (UTH - unidades de trabalho homens)	0,01	0,03	0,30
Capital disponível total (R\$)	23 242,00	17 873,43	45 237,39
Consumo intermediário total (R\$)	5 728,40	6 424,33	10 465,22
Produto bruto do autoconsumo total (R\$)	4 044,44	3 345,22	4 150,85
Produtividade física por hectare explorado (R\$)	-255,03	755,21	870,06
Produtividade do trabalho por pessoa ocupada (R\$)	-819,57	3 524,43	3 545,57
Remuneração agrícola da superfície agrícola útil (R\$)	-263,72	727,55	794,36
Renda agrícola (R\$)	-1 911,96	8 802,54	11 240,61
Renda de aposentadorias, pensões e transferências sociais (R\$)	7 280,13	1 858,34	4 674,95
Rendas de atividades não agrícolas (R\$)	6 500,00	894,81	12 098,87
Renda total (R\$)	13 780,13	12 398,55	28 418,80
Renda de aposentadorias sobre renda total (%)	52,83	15,82	17,96
Rendas não agrícolas sobre a renda total (%)	47,17	9,33	40,53

FONTE: ANJOS, F. Sacco dos; SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul:** a emergência de uma nova ruralidade. Pelotas, 2003. (Relatório final Projeto de Pesquisa CNPq UFPEL/UFRGS).

Tabela 2

Estatísticas básicas das variáveis selecionadas					
INSTÂNCIA E VARIÁVEIS	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIMO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
1) Estrutura fundiária de uso da terra					
Área total do estabelecimento (ha)	22,55	16,71	0,20	90,00	0,74
Proporção da superfície agrícola útil (SAU) em relação à área total (%)	74,68	19,60	4,17	99,00	0,26
Área de pastagens (nat + cult) em relação à área total (%)	22,48	17,60	0,00	83,33	0,78
Área de matas plantadas sobre área total (%)	2,12	5,07	0,00	40,00	2,39
Área de matas naturais sobre área total (%)	17,12	16,50	0,00	91,67	0,96
Área de lavouras cultiváveis (temporárias + permanentes) sobre área total (%)	50,11	22,68	1,33	95,12	0,45
Concentração uso da terra — soma dos quadrados das participações (índice)	0,04	0,07	0,00	0,54	1,75
2) Unidade doméstica: demografia e escolaridade					
Pessoas residentes (número)	4,35	2,00	1,00	14,00	0,46
Idade média dos residentes (anos)	40,36	12,95	14,80	73,50	0,32
Idade média do chefe do estabelecimento (anos)	53,07	10,81	27,00	76,00	0,20
Escolaridade média, exceto pessoas com mais de 60 anos e menos de 16, analfabetas, que apenas lêem ou escrevem (anos de estudo) ...	5,93	2,87	0,00	15,00	0,48
3) Uso de recursos produtivos: mão de obra e capital					
Capital disponível total (R\$)	28 891,30	34 588,11	0,00	206 909,00	1,20
Superfície agrícola explorada por trabalhador agrícola total — familiar mais contratado (ha)	6,45	5,53	0,09	40,06	0,86
Superfície agrícola explorada por trabalhador agrícola familiar (ha)	6,94	6,67	0,09	51,18	0,96
Mão de obra agrícola familiar (UTH)	2,68	1,23	0,33	7,5	0,46

(continua)

Tabela 2

Estatísticas básicas das variáveis selecionadas

INSTÂNCIA E VARIÁVEIS	MÉDIA	DESVIO- PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIMO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
Mão de obra agrícola familiar fora da unidade de produção — pluriativa, base agrária (UTH)	0,03	0,13	0,00	1,00	4,33
Mão de obra não agrícola — pluriatividade intersetorial (UTH)	0,43	0,86	0,00	5,09	2,00
Mão de obra agrícola total — familiar mais contratada (UTH)	2,78	1,28	0,52	7,63	0,46
Mão de obra agrícola familiar mais não agrícola (UTH)	3,14	1,41	0,75	9,76	0,45
Mão de obra total (UTH)	3,23	1,48	0,76	9,96	0,46
Participação da mão de obra não agrícola em relação à mão de obra familiar total (%)	11,64	19,85	0,00	91,78	1,71
Mão de obra não agrícola em relação à mão de obra total (%)	11,29	19,18	0,00	80,00	1,70
Mão de obra agrícola familiar em relação à mão de obra total (%)	85,54	20,57	6,91	100,00	0,24
Mão de obra contratada em relação à mão de obra agrícola total (%) ..	3,06	8,27	0,00	72,46	2,70
4) Mercantilização, externalização e dependência					
Mão de obra contratada (UTH)	0,09	0,23	0,00	1,33	2,56
Mão de obra contratada em relação à mão de obra total (%)	2,43	5,53	0,00	30,88	2,28
Consumo intermediários total (R\$)	8 784,28	11 402,31	357,8	92 466,73	1,30
Consumo intermediário por hectare explorado (R\$)	570,22	637,18	32,43	6 385,00	1,12
Consumo intermediário em relação ao Produto Bruto Total (R\$)	40,23	22,23	3,68	100,00	0,55
Insumos da produção vegetal em relação ao CI (%)	47,23	21,17	0,00	91,25	0,45
Insumos da produção animal em relação ao CI (%)	23,89	17,84	0,00	82,3	0,75
Insumos da transformação caseira em relação ao CI (%)	1,75	3,81	0,00	38,36	2,18
Gastos com pagamento de serviços de terceiros e empregada em relação ao CI (%)	8,59	11,08	0,00	66,54	1,29
Insumos da produção vegetal em relação ao Produto Bruto Total — intensidade gastos produção vegetal (%)	18,84	14,69	0,00	93,99	0,78

(continua)

Tabela 2

Estatísticas básicas das variáveis selecionadas					
INSTÂNCIA E VARIÁVEIS	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIMO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
Insumos da produção animal em relação ao Produto Bruto Total — intensidade gastos produção em animal (%)	10,04	10,85	0,00	59,71	1,08
Insumos de transformação caseira em relação ao Produto Bruto Total — intensidade dos gastos na transformação caseira (%)	0,62	2,05	0,00	25,57	3,31
5) Produção, mercado e autonomia					
Produto bruto autoconsumo total (R\$)	3 850,69	2 431,82	204,00	15 962,15	0,63
Proporção do produto bruto autoconsumo em relação ao Produto Bruto Total (%)	30,01	22,73	1,50	100,00	0,76
Proporção do produto bruto total venda em relação ao Produto Bruto Total (%)	69,99	22,73	0,00	98,50	0,33
Produto bruto vegetal venda em relação ao Produto Bruto da venda Total (%)	44,05	31,44	0,00	100,00	0,71
Produto bruto animal venda em relação ao Produto Bruto venda Total (%)	48,61	33,5	0,00	100,00	0,69
Produto bruto transformação caseira venda em relação ao Produto Bruto venda Total (%)	5,07	14,03	0,00	90,88	2,77
Concentração do produto bruto para venda — vegetal mais animal mais transformação caseira (índice)	0,66	0,22	0,00	1,00	0,33
Concentração da produção bruta vendida — 14 principais produtos na formação do PBT venda incluindo transformação caseira venda (índice)	0,40	0,23	0,00	1,00	0,58
6) Rendimento e remuneração					
Produtividade física por hectare explorado (R\$)	882,69	1 012,22	-502,42	5 329,95	1,15
Produtividade do trabalho por pessoa ocupada (R\$)	3 899,46	4 482,99	-819,57	29 643,79	1,15

(continua)

Tabela 2

Estatísticas básicas das variáveis selecionadas

INSTÂNCIA E VARIÁVEIS	MÉDIA	DESVIO- PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIMO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
Produtividade do trabalho agrícola (R\$)	4 376,61	4 709,26	-960,00	29 643,79	1,08
Produtividade do trabalho agrícola familiar (R\$)	4 768,59	5 543,98	-963,00	33 670,87	1,16
Remuneração da mão de obra disponível no estabelecimento (R\$) ...	6 010,59	4 876,61	0,00	29 967,71	0,81
Remuneração da mão de obra familiar (R\$)	6 290,79	5 540,32	0,00	34 038,80	0,88
Remuneração da mão de obra agrícola (R\$)	4 132,34	4 600,71	-992,71	28 838,14	1,11
Remuneração da mão de obra agrícola familiar (R\$)	4 473,18	5 330,85	-995,81	32 755,78	1,19
Remuneração da mão de obra não agrícola (R\$)	2 923,57	6 267,49	0,00	53 333,33	2,14
Remuneração agrícola da SAU (R\$)	846,19	1 013,20	-635,75	5 306,95	1,20
7) Renda					
Renda agrícola (R\$)	11 658,54	15 553,48	-1 986,64	138 771,40	1,33
Renda de aposentadorias, pensões e transferências (R\$)	3 334,93	3 704,01	0,00	21 926,71	1,11
Renda de outras fontes (R\$)	343,03	1 175,37	0,00	8 160,00	3,43
Outras rendas do trabalho (R\$)	441,33	1 660,14	0,00	13 500,00	3,76
Renda de atividades não agrícolas (R\$)	3 193,82	7 563,18	0,00	53 300,00	2,37
Renda Total (RT)	19 018,03	17 994,85	0,00	143 624,80	0,95
Renda total anual per capita (R\$)	4 688,62	4 144,98	0,00	24 106,05	0,88
Participação da renda agrícola sobre a renda total (%)	57,85	32,17	0,00	100,00	0,56
Participação da renda de aposentadorias sobre a renda total (%)	22,24	25,48	0,00	100,00	1,15
Participação da renda de outras fontes sobre a renda total (%)	1,54	4,86	0,00	29,28	3,16
Participação das outras rendas do trabalho sobre a renda total (%) ...	2,55	9,70	0,00	79,68	3,80
Participação das rendas não agrícolas sobre a renda total (%)	14,69	25,38	0,00	100,00	1,73
Concentração das fontes de renda na formação da renda total — soma dos quadrados das participações (índice)	0,65	0,22	0,00	1,00	0,34

FONTE: ANJOS, F. Sacco dos; SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade**. Pelotas, 2003. (Relatório final Projeto de Pesquisa CNPq UFPEL/UFRGS).

3.1 Análise fatorial e análise de *cluster*

Não cabe no escopo deste trabalho resgatar a literatura a respeito da utilização dos métodos de análise fatorial e de análise de *cluster* nos estudos agrários. Os estudos, enquanto métodos de apreensão da realidade, e a literatura, de um modo geral, que se utilizam desses métodos são amplamente reconhecidos nas mais diversas áreas do conhecimento, inclusive nas Ciências Sociais.⁵ No entanto, pode-se afirmar que existe uma lacuna no âmbito dos estudos rurais brasileiros que utilizam esse ferramental estatístico para investigar especificamente o universo agrícola familiar, qualquer que seja o recorte territorial. Haveria, então, amplo espaço para a produção de trabalhos acadêmicos que pudessem captar as relações causais, certamente não lineares, que competem na determinação das distintas dinâmicas de desenvolvimento da agricultura familiar, na perspectiva dos estilos de agricultura e também do desenvolvimento rural numa perspectiva multidimensional.

Por sua vez, o objetivo do procedimento classificatório que permite a formação dos *clusters* é identificar grupos (subconjuntos) homogêneos de indivíduos. Assim como a análise fatorial põe em evidência os vínculos entre as variáveis, agrupando-as com base em suas correlações, a classificação põe em evidência os vínculos entre as observações, agrupando-as com base em suas semelhanças. As observações (que, nesse caso, são as unidades de agricultura familiar) são divididas em subconjuntos, de acordo com o grau de proximidade (semelhança) entre elas. Esse grau de proximidade ou semelhança entre as observações é relacionado com o conceito de distância, isto é, quanto menor a distância entre dois indivíduos, maior é a semelhança (Schneider; Waquil, 2001). O objetivo desta análise é determinar, a partir das características dos indivíduos, subconjuntos tais que cada indivíduo pertença a um, e somente a um, subconjunto; que os indivíduos agrupados em um mesmo subconjunto sejam similares; e que aqueles pertencentes a grupos distintos sejam diferentes (Duran; Odell, 1974 *apud* Souza; Lima, 2003).

⁵ No Brasil e no âmbito dos estudos socioeconômicos que se valem da análise fatorial e da análise de *cluster* para investigar questões associadas à agricultura, podem-se identificar ao menos dois focos relativamente distintos. Na primeira linha de investigação, à qual se poderia atribuir um foco agrícola, estão os estudos em que a principal preocupação é analisar a intensidade e a dinâmica dos processos de modernização da agricultura e seus desdobramentos na reordenação dos fatores, bem como suas implicações no aumento dos índices de produtividade. Na segunda linha de investigação, a análise recai sobre as mudanças na estrutura agrária ao longo do tempo e sua relação com os processos de modernização da agricultura (Hoffmann, 1992; Souza; Lima, 2003; Llanillo et al., 2006).

A análise fatorial, enquanto método estatístico, é uma técnica de análise multivariada de dados, que permite explicar o comportamento de um número relativamente grande de variáveis em relação a um pequeno número de fatores. Resume-se na determinação da matriz de correlação entre todas as variáveis; extração dos fatores necessários para representar os dados; rotação dos fatores, de modo que fiquem mais fáceis de ser interpretados; e cálculo dos escores fatoriais. A análise fatorial é um conjunto de métodos estatísticos que, em certas situações, permite explicar o comportamento de um número relativamente grande de variáveis observadas em termos de um número relativamente pequeno de variáveis latentes ou fatores (Hair et al., 2005; Hoffmann, 1992; Souza; Lima, 2003).

Ainda em relação aos aspectos metodológicos que orientam esta pesquisa, cabem algumas considerações sobre a utilização da análise fatorial na determinação de estilos de agricultura familiar. Sendo a análise fatorial uma técnica estatística de classificação e agrupamento de observações, é possível considerar que a sua principal virtude reside na sua capacidade de demonstrar a diversidade de práticas e estratégias inerentes ao universo agrícola familiar. Isso reforça a perspectiva de que a reprodução da agricultura familiar, enquanto uma forma social de organização do trabalho e da produção, se dá a partir de bases e manejos de recursos produtivos absolutamente diversos. Dessa forma, a classificação e o posterior agrupamento das unidades familiares constitui e representa avanço significativo no reconhecimento de que se trata de uma categoria social que apresenta variações empíricas importantes e que, por consequência, também pode ser tratada pelas políticas públicas a partir de suas especificidades e não de suas generalidades.

O número de fatores foi definido pela raiz latente maior ou igual a 1, sendo este um dos critérios normalmente utilizados para a definição do número de fatores. O tamanho da amostra já estava definido previamente (176 observações). Nesse caso, as cargas fatoriais dependem mais do número e da composição dos fatores do que do tamanho da amostra. Como a amostra já estava dada, não foi possível aumentá-la. Para extração dos fatores, utilizou-se o Método dos Componentes Principais e, para rotação dos fatores e da matriz de dados, utilizou-se o método Varimax com Normalization Kaiser, que maximiza a variância explicada pelos fatores utilizados. Por fim, levando-se em consideração a literatura especializada (Hair et al., 2005), o KMO encontrado (0,500) pode ser considerado baixo, em vista do grande número e da diversidade de variáveis utilizadas na constituição dos fatores. Ainda assim, pode ser interpretado como uma medida agregada das correlações entre todas as variáveis, e as técnicas estatísticas utilizadas permitem a redução do número de variáveis para número menor de fatores, favorecendo a formação dos *clusters* e a sua interpretação.

4 A diversidade do universo familiar

A intensidade e o conteúdo das variações regionais quanto aos estilos dependem de como a mercantilização se expressa e é percebida territorialmente sobre a agricultura. Antes de captar a intensidade das variações dessas dinâmicas nos espaços agrários investigados, faremos a identificação e a distribuição territorial dos grupos homogêneos. Já se disse que do processo classificatório foram extraídos 17 fatores, que, conjuntamente, explicam 85,1% da variância total dos 67 indicadores. No entanto, há alguns fatores formados por número reduzido de variáveis e por também reduzida capacidade explicativa, quando tomados isoladamente. Logo, decidiu-se por expor ao leitor apenas os fatores 1, 2, 3, 4 e 5, que, conjuntamente, explicam 50,9% da variância total dos indicadores (Quadro 1). Esse é um procedimento meramente heurístico, visto que todos os 17 fatores contribuem para explicar a variância total dos indicadores selecionados, mas a capacidade explicativa de cada um dos fatores individualmente diminui à medida que aumenta o número de fatores considerados. Esse procedimento permitirá definir onde se encontra ou o que realmente determina a diversidade da agricultura familiar, ao menos nas três regiões selecionadas.

O **fator 1**, por exemplo, explica 18,3% da variância e reúne indicadores que medem a renda auferida pelos estabelecimentos, bem como os rendimentos da terra e do trabalho. Em seu conjunto, esse fator indica que, na agricultura familiar, os rendimentos da terra e do trabalho variam e influenciam significativamente os rendimentos agrícolas e totais familiares. O **fator 2**, que explica 11,5% da variância, é formado exclusivamente por indicadores de renda e pelo uso do recurso produtivo mão de obra não agrícola e atesta a importância que assumem as atividades não agrícolas e a pluriatividade na agricultura familiar. Já o **fator 3**, responsável por 8,9% da variância, caracteriza-se por incluir variáveis demográficas e de disponibilidade de mão de obra, além do autoprovisionamento representado pela produção de autoconsumo, reafirmando a importância de alguns dos aspectos não mercantilizados, que influenciam diretamente a reprodução da agricultura familiar. O **fator 4**, que explica 7,0% da variância total dos indicadores, representa a centralidade que o uso dos recursos produtivos terra e capital e o consumo de bens intermediários possui através da complementaridade entre estrutura fundiária, progresso tecnológico e intensidade das relações intersetoriais. O **fator 5**, responsável por 5,2% da variância total, reúne indicadores relacionados à unidade doméstica, em que desponta a importância das transferências sociais na formação da renda familiar. Nesse caso, importa reconhecer que se trata de mais um componente da organização interna das famílias rurais com significativo impacto na formação dos rendimentos totais.

Quadro 1

Composição dos principais fatores extraídos e indicadores correspondentes

FATOR 1 (rendimento, remuneração e renda)	FATOR 2 (renda e uso de recursos produtivos não agrícolas)	FATOR 3 (unidade doméstica, uso de recursos produtivos e autonomia)	FATOR 4 (uso de recursos produtivos e estrutura fundiária)	FATOR 5 (unidade doméstica e renda)
Produtividade terra	Renda não agrícola	Pessoas residentes por estabelecimento agropecuário	Consumo intermediário por estabelecimento agropecuário	Renda das aposentadorias
Produtividade trabalho	Participação da renda não agrícola em relação à renda total	Escolaridade média dos residentes	Capital disponível por estabelecimento agropecuário	Participação das rendas de aposentadorias em relação à renda total
Renda agrícola	Unidades de trabalho não agrícola	Unidades de trabalho agrícola familiar	Superfície agrícola útil explorada por trabalhador agrícola total	Idade média dos residentes
Renda total	Unidades de trabalho não agrícola em relação ao total de unidades de trabalho familiar	Unidades de trabalho agrícola total	Superfície agrícola explorada por trabalhador agrícola familiar	Idade do chefe do estabelecimento
Renda total <i>per capita</i>	Unidades de trabalho não agrícola em relação ao total de unidades de trabalho	Unidades de trabalho familiar total	Área total média por estabelecimento	

(continua)

Quadro 1

Composição dos principais fatores extraídos e indicadores correspondentes

FATOR 1 (rendimento, remuneração e renda)	FATOR 2 (renda e uso de recursos produtivos não agrícolas)	FATOR 3 (unidade doméstica, uso de recursos produtivos e autonomia)	FATOR 4 (uso de recursos produtivos e estrutura fundiária)	FATOR 5 (unidade doméstica e renda)
Renda agrícola por superfície explorada	Remuneração da mão de obra não agrícola	Unidades de trabalho total	Índice de concentração uso da terra	
Remuneração da mão de obra agrícola familiar		Produto bruto autoconsumo total		
Remuneração da mão de obra agrícola				
Remuneração da mão de obra disponível no estabelecimento				
Produtividade do trabalho agrícola				
Produtividade do trabalho agrícola familiar				
Remuneração da mão de obra agrícola total				
% da variância explicada (18,3)	% da variância explicada (11,5)	% da variância explicada (8,9)	% da variância explicada (7,0)	% da variância explicada (5,2)

FONTE: ANJOS, F. Sacco dos; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade. Pelotas, 2003. (Relatório final Projeto de Pesquisa CNPq UFPEL/UFRGS).

Deve-se ressaltar que se decidiu manter os valores absolutos de remuneração agrícola da mão de obra, bem como os rendimentos da terra e do trabalho. Há rendimentos agrícolas negativos, mas não há rendimentos totais negativos. Nas situações em que os rendimentos totais foram negativos, por conta de rendimentos agrícolas negativos, zeraram-se os valores, entendendo-se não ter significado fazer referência a rendimentos ou renda total negativa.

Mais uma vez, cabe salientar-se que esses valores médios, por vezes, apresentam importantes e substanciais variações regionais, e é justamente a intensidade dessas variações que irá determinar a diversidade de estilos da agricultura familiar. A forma como os agricultores familiares organizam suas atividades no interior de suas unidades de produção corresponde à própria diversidade de situações ecológicas e sociais e também a experiências acumuladas, reforçando a perspectiva de que um estilo de agricultura é muito mais uma construção social do que o resultado único e imediato de decisões pontuais.

4.1 Identificação e distribuição geográfica dos grupos

O procedimento classificatório por agrupamento resultou na formação de cinco grupos homogêneos. Essa formação não obedeceu a qualquer critério de homogeneidade interna às regiões, pois os grupos possuem representatividade em todas elas. Ainda assim, é possível considerar que cada estilo corresponde, *grosso modo*, a um universo empírico. Isto é, apesar da diversidade intrarregional, há “padrões regionais” de agricultura familiar que podem ser identificados e devem ser ressaltados.

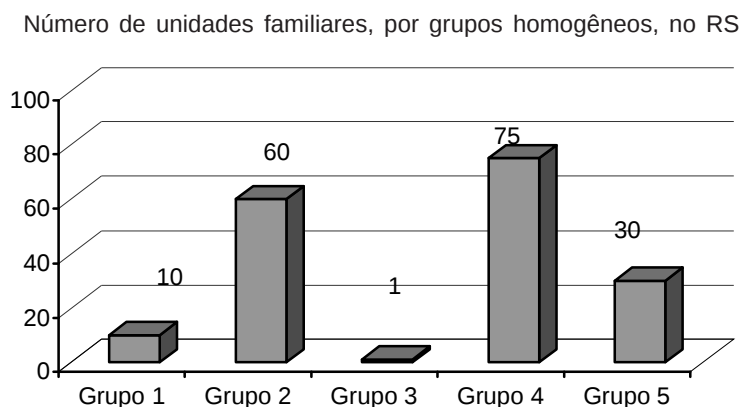
Esta pode ser encarada, inclusive, como uma ressalva metodológica, pois, no limite, cada observação (estabelecimento familiar) poderia constituir um grupo homogêneo ou estilo de agricultura familiar, o que não faria sentido algum. Isto porque mais importante do que analisar as unidades familiares isoladamente é estabelecer a comparação entre grupos homogêneos, formados por um conjunto de estabelecimentos, a partir de suas semelhanças internas, permitindo a comparação de um *vis-à-vis* a outro. Implica encarar o procedimento classificatório como uma das etapas metodológicas, dado que o interesse reside; (a) na diversidade de estilos de agricultura familiar existente em cada universo; e (b) no fato de que o estilo de agricultura familiar determina o “padrão” ou dinâmica de reprodução social do universo agrícola familiar regional.

Há, nesse caso, uma heterogeneidade regional e local da agricultura familiar, que necessita ser melhor captada, para que se possam estabelecer parâmetros

mínimos de comparação em relação à sua dinâmica. A análise de *cluster* permite avançar nesta direção, já que possibilita vincular determinado grupo homogêneo e sua representatividade em relação aos demais e a um determinado recorte territorial.

O Gráfico 1 sumariza o agrupamento das 176 observações, ou unidades familiares, dispostas por grupos homogêneos. Ao menos dois aspectos merecem considerações. Em primeiro lugar, destaca-se a distribuição desigual das observações entre os **grupos**. Ao mesmo tempo em que um só **grupo** responde por 42,6% das observações, entende-se que há um **grupo** formado por apenas uma observação. É possível identificar ao menos três grandes grupos homogêneos ou estilos de agricultura familiar, abrangendo ao menos três dinâmicas de reprodução social da agricultura familiar.

Gráfico 1



FONTE: ANJOS, F. Sacco dos; SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade**. Pelotas, 2003. (Relatório final Projeto de Pesquisa CNPq UFPEL/UFRGS).

Verifica-se que há dois grandes **grupos** (2 e 4) que agregam mais de 75% das observações, um intermediário (5), um pequeno (1) e um de certa forma emblemático (3), pois é constituído por apenas uma observação. Quanto à dimensão, amplitude ou tamanho, o **grupo** de maior representatividade é o de número 4, ao qual se agregam 75 unidades familiares, representando 42,6% do

total do universo de 176 observações. O segundo **grupo** de maior representatividade é o de número 2, formado por 60 observações e representando 34,1% do total. O **grupo** de número 5 é o terceiro mais representativo, o qual, constituído por 30 observações, representa 17% do total. O **grupo** de número 1 agrega 10 observações, 5,7% do total. O **grupo** de menor representatividade é o de número 3, formado por uma observação e representando apenas 0,6% do total de observações.

Essa configuração, em relação ao número de grupos homogêneos e suas representatividades em relação ao universo, só foi possível a partir do momento em que se assumiu que, tão ou mais importante do que analisar o número de **grupo**, era identificar como cada um deles se distribui no território. Paralelamente à desigual formação dos grupos, há uma desigual distribuição regional das observações que formam tais grupos na escala local. Portanto, cada grupo possui uma espécie de ligação ou vínculo territorial.

A distribuição espacial possui duas características fundamentais: determina qual grupo homogêneo predomina em cada uma das regiões investigadas, sem a necessária coincidência de um mesmo grupo homogêneo predominar em regiões distintas; como ocorre a formação e a distribuição de um grupo em relação aos demais no mesmo recorte territorial. Portanto, a análise só ganha sentido quando se estabelece a comparação entre os grupos homogêneos, mas também entre as regiões. Também é importante frisar que, quando um grupo é formado por observações das três regiões, ele indica, ao menos para essas regiões, que a diferenciação social, econômica e técnico-produtiva produzida pela mercantilização não é tão expressiva. Nesse caso, é válido argumentar que os resultados do capitalismo na agricultura, em que pese às particularidades no espaço e no tempo, não se demonstraram tão distintos. Nesse caso, mais importante do que investigar a agricultura familiar única e exclusivamente à luz da maneira pela qual a mesma organiza os fatores produtivos, há que se debruçar também sobre os formatos mercadológicos a que essa forma social se vincula.

Ao mesmo tempo, é necessário considerar que essa aparente homogeneidade inter-regional, ao menos em relação aos resultados produzidos pelos mecanismos estabelecidos pelos agricultores familiares, esconde uma heterogeneidade que se revela em situações importantes de diferenciação social, econômica e técnico-produtiva. Esse resultado é uma combinação desigual instituída pelos agricultores em relação aos sistemas de cultivo e criações desenvolvidos, aos padrões de inovação tecnológica incorporados, à qualidade e à quantidade dos recursos produtivos existentes, como mão de obra, terra e capital, bem como das possibilidades de integração intersetorial da agricultura através da combinação de trabalho agrícola e não agrícola.

5 A diversidade na perspectiva dos estilos de agricultura

As estatísticas básicas para o universo familiar como um todo somente adquirem poder explicativo efetivo quando é facultada a comparação, a qual é conduzida, neste trabalho, a partir da construção dos grupos homogêneos de estabelecimentos agrícolas familiares.

Cabe destacar-se que não há correspondência entre cada unidade familiar e uma única estratégia. Da mesma forma em relação aos estilos de agricultura, os quais também se sobrepõem, podendo as estratégias e os estilos se interconectarem da mesma forma que cada unidade agrícola familiar pode expressar um conjunto variado de situações empíricas, como ponderaram Niederle (2007) e Perondi (2007). As informações que constam na Tabela 1 permitem identificar a formação de cinco grupos de estabelecimentos agrícolas familiares, cujas características permitem estabelecer uma tipologia a partir da perspectiva dos estilos de agricultura.

Assim, do universo total (176 observações) foi possível identificar um primeiro estilo de agricultura familiar caracterizado como altamente descapitalizado e economicamente vulnerável (**estilo 1**). O segundo estilo de agricultura familiar pode ser caracterizado como capitalizado, altamente especializado e mercantilizado (**estilo 2**). O terceiro estilo de agricultura familiar caracteriza-se por ser altamente voltado para o autoconsumo e dependente das transferências sociais (**estilo 3**). Já o quarto estilo de agricultura familiar caracteriza-se pela descapitalização e dependência da produção de *commodity* (**estilo 4**). Por fim, o quinto estilo de agricultura familiar diferencia-se dos demais por ser diversificado na perspectiva não agrícola e altamente capitalizado (**estilo 5**).

Espera-se, com a identificação desses cinco grupos, estabelecer um diálogo importante com a perspectiva teórico-metodológica dos estilos de agricultura e avançar no reconhecimento da heterogeneidade que marca o tecido social e econômico dos universos agrícolas familiares. Isso implica, antes de mais nada, reconhecer que os estilos identificados não são antagônicos ou excludentes, mas sim complementares, na medida em que representam trajetórias regionais de desenvolvimento, em que o papel da agricultura, embora nem sempre nos mesmos moldes, transpõe os recortes normativos do rural e adentra em outras esferas das economias locais e regionais.

5.1 Estilo 1: agricultura familiar altamente descapitalizada e economicamente vulnerável

Esse grupo representa 5,7% do total de observações e é caracterizado pela presença de unidades familiares descapitalizadas, de rendas médias anuais baixas, particularmente a agrícola, e altamente dependentes dos recursos da previdência social. Os estabelecimentos ficaram assim distribuídos: 30,0% em Veranópolis, 60,0% em Três Palmeiras e 10,0% em Salvador das Missões. Os estabelecimentos agrícolas familiares desse grupo apresentam baixo grau de incorporação tecnológica, visto que o capital imobilizado em máquinas, equipamentos e benfeitorias é de pouco mais de R\$ 12.000,00, que corresponde a menos de 50% em relação à média das observações.

Outro aspecto relevante a ser destacado é a situação de vulnerabilidade social decorrente do valor médio das rendas anuais percebidas e da produção destinada ao autoprovisionamento. A renda agrícola (R\$ 1.605,85) representa apenas a sétima parte em relação à renda agrícola geral. A produção de autoconsumo, apesar de o grupo apresentar o menor número médio de residentes (3,90), também é baixa (R\$ 2.464,27), o que representaria, em termos *per capita*, um valor médio anual de R\$ 631,86. Os relativamente baixos níveis de capitalização em termos de estrutura produtiva (capital disponível) e de intensidade do uso da terra (superfície agrícola explorada em relação à área total dos estabelecimentos) também são acompanhados da área média dos estabelecimentos, que é de 15,01 hectares.

Pode-se considerar que esse estilo de agricultura familiar se caracteriza por estabelecimentos familiares menores em relação à área de terra disponível e ao número de pessoas residentes, que exploram menos intensivamente a terra, com baixo rendimento do trabalho. Isso se reflete sobre a renda agrícola e a renda total, que, por sua vez, é composta primordialmente pela contribuição das transferências sociais e pelos rendimentos das atividades não agrícolas. O grau de mercantilização pode ser considerado intermediário, porém são estabelecimentos altamente descapitalizados em relação à estrutura produtiva. A vulnerabilidade que esse estilo apresenta advém, particularmente, da baixa importância que a agricultura tem e da dependência das transferências sociais na composição da renda familiar.

5.2 Estilo 2: agricultura familiar capitalizada, altamente especializada e mercantilizada

Esse grupo concentra 34,1% do universo de estabelecimentos agrícolas familiares e reúne características significativamente distintas em relação aos demais. Apresenta a seguinte distribuição: 40,0% em Veranópolis, 26,7% em Três Palmeiras e 33,3% em Salvador das Missões. Dentre os traços distintivos mais salientes, pode-se destacar que se trata de um grupo formado por estabelecimentos familiares de considerável nível de capitalização em termos de estrutura produtiva, devido ao fato de o montante em capital imobilizado (R\$ 37.344,43) se apresentar bem acima da média geral das observações, o que não ocorre em relação à área média dos estabelecimentos (24,84 hectares), ao número de pessoas residentes (4,48) e à escolaridade (5,94 anos).

A maior disponibilidade de mão de obra agrícola familiar (3,13 unidades de trabalho homem) permite reconhecer a exigência dos sistemas de cultivo e criações desenvolvidos por esses agricultores de potencializar o uso de mão de obra agrícola familiar. Da mesma forma, chamam atenção os elevados índices de produtividade da terra e do trabalho, tanto quanto seus reflexos diretos na composição do valor médio da renda agrícola anual, que é de R\$ 17.339,12. Tudo isso se resume em uma considerável capacidade de remuneração dos ativos agrícolas disponíveis na família, superior a R\$ 5.000,00 mil reais/ano, e da superfície agrícola explorada (R\$ 986,68), mesmo em face do montante de gastos com manutenção e custeio do estabelecimento (R\$ 11.286,21), o que resulta em grau de externalização elevado, significativamente acima da média. O elevado *squeeze* gerado pela externalização (Ploeg, 2006) também é acompanhado por importante “margem de manobra”, permitindo relativo grau de autonomia das unidades familiares.

Não obstante a externalização, é visível a preocupação com a produção para autoprovisionamento, representada pelo autoconsumo, que também apresenta valores *per capita* familiares e individuais médios significativamente acima da média, respectivamente R\$ 4.560,29 e R\$ 1.017,92. É importante atentar-se para a dimensão não agrícola e para o papel das transferências sociais desse grupo. A renda média familiar não agrícola recebida pelas famílias (R\$ 1.097,92) corresponde a um terço da média geral e impacta em apenas 5,35% na formação da renda total. Por fim, cabe o registro de que, além da contribuição da renda agrícola nos rendimentos médios anuais totais desse grupo, que alcançam a cifra média de praticamente R\$ 24.000,00, se soma, basicamente, a contribuição das rendas da previdência social (R\$ 4.539,22). Por essa razão, pode-se considerar que se trata de um estilo de agricultura altamente orientado

pelo viés agrícola, porém com resultados econômicos que permitem não só manter as pessoas residindo no meio rural e remunerá-los de forma razoável, como também potencializar constantemente os demais recursos produtivos.

Esse estilo de agricultura nos remete, com algumas ressalvas, às discussões propostas por Ploeg (2008) em relação à forma empresarial de agricultura. Isso se deve, basicamente, ao nível de incorporação tecnológica em termos de estrutura produtiva e em face do montante de gastos despendidos para custeio e manutenção do estabelecimento. Nesse sentido, o formato e a intensidade da mercantilização desse grupo associam-se, fundamentalmente, ao grau de externalização assumido pelas unidades produtivas. Isso se deve, dentre outras coisas, à necessidade constante e recorrente de acionar os mercados de capital financeiro e industrial (crédito, insumos industriais e tecnológicos) para garantir ganhos em escala, condição necessária, em função de a produção ser altamente especializada e substancialmente voltada para o mercado. Dessa forma, tanto em Ploeg (2008) como neste trabalho, o principal indicador de externalização e dependência das unidades de produção familiar é a necessidade que as mesmas possuem de recorrer, a cada novo ciclo produtivo, a agentes externos, para estabelecer as atividades produtivas.

É importante indicar, tal como Ploeg (2008), que a existência de diferentes tipos de agricultura não significa que estes sejam completamente antagônicos, mas sim interligados, pois o grau de mercantilização, vulnerabilidade ou autonomia não é estático, variando ao longo tempo. Todos os grupos aqui analisados apresentam, em menor ou maior grau, situações de vulnerabilidade e dependência externa. A principal diferença pode ser traduzida pelos resultados (econômicos e não econômicos) em função da forma como os recursos produtivos são utilizados e potencializados internamente aos estabelecimentos.

5.3 Estilo 3: agricultura familiar voltada para o autoconsumo e dependente das transferências sociais

Esse “grupo” é formado por apenas um estabelecimento agrícola familiar. Essa observação, que representa apenas 0,6% do total, está localizada no Município de Veranópolis. Por esse motivo, entende-se que pouco contribuiria analisar os valores médios de uma única observação e comparar com as médias gerais. Algumas variáveis ilustram bem essa incoerência comparativa e se tornam complementares. A escolaridade média é zero. Isso significa que todos os residentes tinham menos de 16 anos ou mais de 60, ou eram analfabetos, ou

apenas sabiam ler e escrever. Isto se reflete na disponibilidade de mão de obra, na produtividade do trabalho e da terra, na renda agrícola e, fundamentalmente, nas rendas de aposentadorias, mais de duas vezes superiores à média geral. Nota-se, também, que apenas 21,97% da área total é explorada com alguma atividade, contra 74,68% do total da amostra.

5.4 Estilo 4: agricultura familiar descapitalizada, especializada e dependente da produção de *commodity*

O que faz com que os estabelecimentos se aglutinem e formem esse grupo é a afinidade na produção de *commodity* com base em poucos e poucos recursos produtivos. Este é o maior dos grupos, representando 42,6% do total investigado, obedecendo à seguinte distribuição territorial: 17,4% em Veranópolis, 44,0% em Três Palmeiras e 38,6% em Salvador das Missões. A área média dos estabelecimentos que formam esse tipo é de 19,39 hectares, pouco abaixo da média registrada para o conjunto dos estabelecimentos. Por outro lado, necessitam explorar mais extensivamente a área disponível, pois a superfície agrícola explorada representa quase 80,0% da área total dos estabelecimentos.

Uma das características distintivas mais evidentes é o baixo nível de capitalização em termos de estrutura produtiva, visto que o capital disponível, que é de R\$ 17.873,43, está bem abaixo da média geral observada. A disponibilidade de ativos por estabelecimento também é reduzida (2,61 unidades de trabalho), como também é reduzido o número médio de residentes (3,95) e a escolaridade média (5,34 anos de estudo). É indicativo de certa impossibilidade de reproduzir internamente alguns dos principais recursos produtivos, como é o caso da força de trabalho, traduzindo-se em dificuldade no estabelecimento de relações mínimas de **coprodução**, tal como define Ploeg (2006).

Uma avaliação rápida poderia indicar processos de afastamento em relação aos mercados de produtos e serviços agropecuários, visto que os gastos com manutenção e custeio (R\$ 6.424,33) estão abaixo da média, o que se poderia traduzir em resultados mais positivos em relação à renda agrícola e de maior autonomia nos processos decisórios. Nesse grupo, o “afastamento” dos mercados parece se dar muito mais pelas dificuldades de incorporar o padrão tecnológico moderno de fazer agricultura do que por uma ação deliberada por parte dos agricultores. A produtividade da terra, que é de R\$ 755,21 por hectare explorado, está abaixo da média, como também ocorre em relação à produtividade do trabalho, que é de R\$ 3.899,46 por pessoa ocupada.

O denominado *squeeze* (aperto) da agricultura modernizada (Ploeg, 2006) é ainda mais evidente e mostra uma das suas faces mais severas, pois o aumento dos custos e a estagnação, ou mesmo a diminuição, do valor total da produção significa decréscimos importantes dos retornos do trabalho. Esse desempenho possui reflexos diretos na composição das rendas, como é o caso da renda agrícola, que apresenta valor médio anual de R\$ 8.802,54 e representa praticamente 70,0% dos rendimentos anuais totais. Nesse caso, não bastasse a renda agrícola estar abaixo da média geral, é fundamentalmente dela que as famílias dependem para formar o orçamento doméstico.

Não obstante, cabe reforçar que, apesar da dependência crescente de mercados globalizados, os agricultores adotam ou reatualizam formas de resistência ou de distanciamento da lógica produtivista e mercantil capitalista que orienta a produção de *commodity*. Trata-se, nesse caso, de um estilo de agricultura altamente mercantilizado, mas que guarda traços importantes de uma economia familiar que luta por autonomia mediante a autogestão de recursos compartilhados em meio aos “impérios” agroalimentares, tal como formulado por Ploeg (2008). Isso se traduz, no campo analítico, no reconhecimento da capacidade de adaptação das formas familiares de agricultura, ainda que incorporando traços de formas capitalistas ou do chamado agronegócio.

Porém o resultado disso é um considerável grau de vulnerabilidade das unidades familiares. Essa vulnerabilidade, que é tanto social (demográfica) como econômico-produtiva, pode ser interpretada como resultado da dificuldade de afastamento dos mercados de produtos e serviços agropecuários e dos riscos e instabilidades climáticas e de mercados que caracterizam a produção de *commodity*. Com resultados duvidosos do ponto de vista social e econômico, a produção de *commodity* acaba por se traduzir em riscos importantes no que diz respeito à viabilidade dessas unidades familiares, visto que a eficiência do uso dos recursos produtivos acaba sendo comprometida tanto pela precariedade desses recursos como pelo uso dado a eles.

5.5 Estilo 5: agricultura familiar diversificada na perspectiva não agrícola e altamente capitalizada

Esse grupo representa 17% do universo das observações, das quais 60,0% em Veranópolis, 13,4% em Três Palmeiras e 26,6% em Salvador das Missões, e tem como principal traço distintivo o papel exercido pelas atividades não agrícolas na diversificação das estratégias e de seus impactos na formação da

renda. O grupo é formado por unidades familiares que alcançam a mais alta área média (28,05 hectares). Ainda no aspecto estrutura fundiária, apenas 64,23% da área total é explorada, significativamente abaixo da média geral, que é de 74,68%. Porém isso não é impeditivo para a centralidade da produção para autoconsumo, que é superior a R\$ 4.000,00 família/ano. Também apresenta o maior número médio de residentes (5,27) por estabelecimento e de anos de estudo das pessoas entre 16 e 60 anos. É o único grupo em que a escolaridade se diferencia tanto em relação à média geral como em relação aos demais grupos. A hipótese é a de que isso tem implicações importantes no exercício da pluriatividade. Nesse caso, o nível de instrução dos residentes aparece associado a situações de ampla combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas.

Outro importante aspecto de diferenciação deve-se ao fato de esse grupo apresentar uma elevada e consolidada estrutura produtiva, que é de R\$ 45.237,39, muito acima da média geral. Esse alto nível de capitalização parece ser complementar em relação à centralidade que assume a pluriatividade, haja vista a disponibilidade de ativos dedicados às atividades agrícolas (2,15 unidades de trabalho homem), muito próxima da média para o Estado, atividades não agrícolas (1,60 unidades de trabalho homem), bem acima do valor observado para o conjunto das observações.

A centralidade da agricultura enquanto atividade produtiva pode ser comprovada pelo volume de gastos com manutenção e custeio (R\$ 10.465,22), significativamente acima da média e da renda agrícola (R\$ 11.240,61), que praticamente se equivale à média. A mesma centralidade vale quando se toma como referência a produtividade por hectare explorado e por pessoa ocupada. Nesse caso, isso se traduz em uma considerável capacidade de remuneração dos ativos agrícolas, mesmo que a relação entre superfície explorada e área total seja baixa. Outro aspecto central e distintivo é que o valor médio das rendas não agrícolas, que alcança R\$ 12.098,87, não apenas é maior do que a renda agrícola média, como também é três vezes maior do que a renda não agrícola média. Em termos percentuais, a renda de atividades não agrícolas representa, em média, mais de 40,0% das rendas anuais.

Esse grupo representa a possibilidade de construir formas mais diversificadas de agricultura, em que a sua reprodução social não depende exclusivamente da agricultura. A combinação de ativos agrícolas e não agrícolas consolida-se como uma estratégia viável e com resultados significativos do ponto de vista social e econômico. Nesse caso, o afastamento ou o distanciamento dos mercados de insumos e serviços agropecuários não significa desintensificação ou abandono da agricultura, mas sim uma recriação continuada dos instrumentos de trabalho e de suas formas de utilização, que Ploeg (2006; 2008), à luz da realidade europeia, denominou de “recampesinização”. Assim, a forma particular

com que os agricultores familiares estabelecem a gestão da base de recursos consolida um estilo de agricultura que inscreve ligações específicas com o mundo exterior, em que a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas se apresenta como a principal estratégia de reprodução social.

6 Conclusões

O objetivo deste trabalho consistiu em identificar e analisar, comparativamente, as distintas formas pelas quais os agricultores familiares mobilizam seus recursos produtivos em ambientes de generalizada, porém diferencial, mercantilização da vida social e econômica. Como resultado, constroem distintos estilos de agricultura familiar. A diversidade com que os agricultores familiares organizam seus recursos produtivos será fundamental para entender a heterogeneidade dos estilos de agricultura que a partir daí se forma. Nesse caso, o privilégio não recai exclusivamente na análise da maneira pela qual o agricultor familiar mobiliza seus recursos, utilizando-se de uma suposta racionalidade econômica orientada pelo lucro. Há que se ter o cuidado de atentar que dimensões não mercantilizadas da agricultura familiar, como é o caso da força de trabalho dos membros da família, possuem importante capacidade explicativa dos formatos empíricos assumidos por essa forma de agricultura.

Os resultados indicaram a existência de cinco grupos de unidades agrícolas familiares, sendo que três deles se revelaram como representativos de determinados estilos de agricultura familiar, associando-se a determinado recorte territorial. Os dados apontam que, em regiões de especialização agrícola de base exportadora de *commodity*, caso específico do Alto Uruguai e das Missões, onde a soja ainda é o principal produto comercial da agricultura familiar, se encontram os mais baixos indicadores de desenvolvimento rural, de diversidade e de diversificação da agricultura familiar. Isso significa, em outras palavras, a insuficiente capacidade fomentadora da soja e mesmo de outras *commodities* em induzir o desenvolvimento das regiões onde é produzida. Não é demasiado reforçar que a produção de *commodities*, em especial a soja, induz o agricultor familiar a buscar nos mercados quase a totalidade dos “insumos” utilizados para produzir tal leguminosa. É uma externalização de mão dupla, pois, ao mesmo tempo em que necessita adquirir quase a totalidade dos insumos no período de plantio e tratos culturais, o agricultor tem que se submeter às regras do (instável) mercado na hora da comercialização, já que não possui qualquer gerência sobre o preço final do produto, determinado nos distantes e instáveis mercados internacionais. Esses são alguns dos principais ingredientes de um estilo de agricultura familiar de reduzida margem de manobra, em que as possibilidades

de fazer frente a tal situação de vulnerabilidade econômica tendem a se concentrar na disponibilidade e na qualidade dos recursos produtivos existentes na unidade de produção.

Observou-se a configuração de três grandes grupos (Grupos 2, 4 e 5), com claras diferenças, que permite tratá-los como tipos. Os **estilos 1 e 3**, menos representativos em relação ao universo das observações, não permitem que se avance mais detalhadamente em termos de suas características que os configuram como um tipo. O **estilo 2** se define-se por indicadores que contribuem significativamente para configurar um quadro social, econômico e produtivo marcado pela intensa mercantilização, elevada capacidade de inovação tecnológica, enquanto estrutura produtiva, com viés essencialmente agrícola, mas que permite potencializar os recursos produtivos já existentes e remunerar os ativos agrícolas bem acima da média. Por sua vez, o **estilo 4** apresenta indicadores sociais, econômicos e produtivos que configuram um quadro de relativa vulnerabilidade socioeconômica, em que a especialização produtiva de commodity impede resultados mais elevados tanto em termos de renda e de potencialização dos ativos quanto em termos dos demais recursos produtivos, como é o caso da capacidade instalada em máquinas, equipamentos e benfeitorias. Por fim, o **estilo 5** representa uma condição socioeconômica e técnico-produtiva de estreita vinculação com a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas. Essa combinação somente é possível, afora as características das economias locais, pelo papel exercido pela educação, que permite não só potencializar os recursos produtivos existentes, mas também produzir acréscimos consideráveis nos rendimentos médios anuais, de tal forma que a pluriatividade se confirma como uma característica intrínseca do modo de funcionamento das unidades produtivas organizadas sob a égide do trabalho familiar.

A identificação e a caracterização dos grupos homogêneos fortaleceu a percepção de que diversidade agrícola familiar e dinâmicas regionais de desenvolvimento rural são aspectos que se complementam. Em regiões onde o padrão ou modelo agrícola de desenvolvimento é hegemônico, a agricultura familiar viabiliza-se através da especialização produtiva com base em *commodity*, isto é, acompanhado de um padrão tecnológico socialmente excludente e de um sistema de crédito rural que tende a reforçar a assimetria que rege as relações entre os agricultores e as regiões com as grandes cadeias agroalimentares mundiais. A segunda, possibilitada pela comparação, é que a diversidade também advém dos mecanismos acionados pelos agricultores familiares para se distanciarem, tanto quanto for possível, das situações de risco, de fragilidade e de vulnerabilidade a que estão expostos, quer por adversidades climáticas, que por incertezas quanto à determinação dos níveis de renda por conta das flutuações dos preços dos insumos e dos produtos agrícolas levados aos mercados. A terceira é a

diversidade que resulta a partir do que não é agrícola, ou seja, o mercado de trabalho não agrícola. Nessas situações, tende a consolidar-se uma forma diferenciada, porém complementar, de organização dos ativos, dos recursos produtivos e dos múltiplos meios de viabilizar as condições de vida e de (re)criar os espaços de manobra que garantem a reprodução social.

Analiticamente, tratou-se de investigar as **dimensões** e a **importância** que a diversidade e a diversificação assumem na reprodução social e econômica na agricultura familiar. As dimensões referem-se à hipótese, presumida na teoria e na maioria dos trabalhos sobre esse tema, de que a principal característica e vantagem da agricultura familiar é a sua capacidade de diversificação produtiva e de diversidade empírica. Nesse caso, cabe salientar-se que a diversidade é recurso, causa e consequência de situações familiares e territoriais específicas. Se os dados permitem muito mais uma generalização analítica, então a metodologia proposta teve o duplo mérito de identificar a intensidade e o formato da diversidade da agricultura familiar e também de apontar as razões através das quais a diversidade depende tanto da capacidade dos agricultores, enquanto atores, de mobilizarem os recursos disponíveis, como do ambiente social e econômico onde estes se encontram e seus determinantes em termos de restrições e possibilidades. Por isso, entende-se que um determinado estilo de agricultura familiar traduz tanto os marcos mais gerais de incorporação da mercantilização quanto a capacidade de fazer frente a ela, quando a mesma se apresenta como fator limitante de reprodução social.

Isso indica a necessidade do Brasil de construção de novos critérios de análise das categorias sociais existentes no meio rural e das suas estratégias de reprodução social. Isso pode, inclusive, servir como alento às atuais políticas públicas sobre a importância de reconhecer a diversidade da agricultura familiar como uma de suas principais riquezas e da construção de novos indicadores de percepção e análise das realidades agrárias.

É importante ressaltar-se o esforço na identificação e na contemplação da diversidade da agricultura familiar fora do escopo eminentemente normativo ou operacional em que se baseiam grande parte dos trabalhos produzidos no País. Essa característica se reveste de fundamental importância, na medida em que as políticas públicas para a agricultura familiar em funcionamento desconsideram justamente o que deveriam levar em consideração como aspecto central: a diversidade não se resume à renda bruta, ao tamanho de área do estabelecimento ou à quantidade de força de trabalho contratada. Isso implica uma agenda de pesquisa que permita identificar o grau de mercantilização, de externalidade e de retorno, monetário e não monetário, em termos de valor agregado para os produtos da agricultura familiar das mais diversas regiões brasileiras e suas implicações no que tange ao desenvolvimento rural.

Como questões não abordadas no escopo deste trabalho, mas que poderiam ser aprofundadas, pode-se indicar a problemática da sucessão nas famílias (existência ou não de herdeiros) e qual o papel das políticas públicas, nomeadamente do Pronaf, em relação a cada um desses estilos de agricultura. Em relação à sucessão, cabe registrar que o estilo de agricultura mais representativo, caracterizado por uma agricultura familiar descapitalizada, especializada e dependente da produção de *commodity* é o que apresenta o menor número médio de pessoas residentes por estabelecimento (3,95), indicando que a falta de sucessor também é um componente que contribui para aumentar a vulnerabilidade social das famílias e diminuir sua margem de manobra frente a situações de crise, vulnerabilidade esta que se reduz, quando da análise do estilo de agricultura caracterizado por unidades agrícolas familiares diversificadas e altamente capitalizadas (estilo 5), em que a existência de 5,27 pessoas por estabelecimento pode ser interpretado como um dos principais resultados da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, alargando as possibilidades de sucessão e fortalecendo a autonomia. Já no estilo de agricultura 2, caracterizado pelo elevado nível de capitalização, especialização e mercantilização, pode-se considerar que, de um ponto de vista eminentemente econômico, a maior remuneração dos ativos agrícolas se apresenta como fato estimulante, mas que, por si só, não garante a sucessão na unidade familiar. Nesse sentido, a existência ou não de sucessores na família parece estar vinculada tanto a aspectos econômicos (renda) como não econômicos (idade, escolaridade) no interior dos estabelecimentos e das famílias, bem como às possibilidades encontradas fora das unidades familiares de potencializar os ativos, sejam eles agrícolas ou não agrícolas.

Por fim, que tipo de políticas públicas e qual seu papel para esse universo diversificado da agricultura familiar? Fomentar a especialização produtiva, como ocorre no estilo 4, em que 70% da renda total dos estabelecimentos é formada pela renda agrícola, traduzindo-se em situações típicas de vulnerabilidade social e econômica, ou incentivar a diversificação produtiva, como ocorre no estilo 5, em que atividades agrícolas e não agrícolas são práticas complementares na determinação dos modos de vida.

Restringir o Pronaf a uma política de crédito significa desconsiderar a diversidade das formas de agricultura existentes no meio rural e o *portfólio* de estratégias que as famílias estabelecem para viabilizar sua reprodução social. Limitar a principal política de incentivo à agricultura familiar atualmente vigente no Brasil ao fomento de atividades exclusivamente agrícolas em termos de aumento de escala e produtividade significa desconsiderar o verdadeiro papel da agricultura familiar para o desenvolvimento rural, que vai além da produção de alimentos e fibras, mas que também passa pelo fortalecimento da segurança

alimentar e nutricional das populações, pela preservação do patrimônio cultural e ambiental, pela geração de emprego e renda, dentre outros tantos atributos.

Referências

ANJOS, F. Sacco dos; SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul**: a emergência de uma nova ruralidade. Pelotas, 2003. (Relatório final Projeto de Pesquisa CNPq UFPEL/UFRGS).

BERGAMASCO, S. M. P.; KAGEYAMA, A. A estrutura da produção no campo em 1980. **Perspectivas**, São Paulo, v. 12, p. 55-72, 1990.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2008.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA — FEE. **A agricultura do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre, 1982. (25 anos de economia gaúcha., v. 3).

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. (Org.). **Novo retrato da agricultura familiar** — o Brasil redescoberto. Brasília: INCRA; FAO, 2000.

GUILHOTO, J. M. et al. **Agricultura familiar na economia** — Brasil e Rio Grande do Sul. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. (Estudos NEAD, 9).

HAIR, J. et al. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HOFFMANN, R. A dinâmica da modernização da agricultura em 157 microrregiões homogêneas do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 30, n. 4, p. 271-290, 1992.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Campinas: Unicamp, 1993.

LLANILLO, R. F.; et al. Regionalização da agricultura do Estado do Paraná, Brasil. **Ciência Rural**, v. 36, n. 1, jan./fev., 2006.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (Ed.). **Rethinking social development: theory, research and practice**. Harlow: Longman, 1994. p. 62-90.

NAVARRO, Z. **Do mundo da roça ao mercado: mudanças recentes e o desenvolvimento agrário no Sul do Brasil**. Brasília: NEAD, 2002. (Relatório de pesquisa).

NIEDERLE, P. A. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS. 2007**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar. 2007**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, 2007.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares** — lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-56.

PLOEG, J. D. van der. Rural sociology and the new agrarian question: a perspective from the Netherlands. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 32, n. 2. p. 240-246, 1993.

PLOEG, J. D. van der. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A. **Born from within: practices and perspectives of endogenous rural development**. Assen: Van Gorcum, 1994. p. 7-30.

PLOEG, J. D. van der. **The virtual farmer: past, present and future of the Dutch peasantry**. Assen: Van Gorcum, 2003.

SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares na agricultura. In: FALEIRO, F. G. ; FARIAS NETO, A. L. (Ed.). **Savanas**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, D. F., Embrapa Cerrados, 2008, p. 989-1014.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Caracterização socioeconômica dos municípios gaúchos e desigualdades regionais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 39, n. 3, p. 117-142, jul./set. 2001.

SOUZA, P. M.; LIMA, J. E. Intensidade e dinâmica da modernização agrícola no Brasil e nas Unidades da Federação. **Revista Brasileira de Economia**, v. 57, n. 4, p. 795-824, out./dez. 2003.